



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Gabinete da
Terceira Vice-Presidência

Recurso Especial Cível nº 0014341-63.2016.8.19.0067

Recorrente: -----

Recorrido: -----

DECISÃO

Trata-se de recurso especial tempestivo, às fls. 411/422, com pedido de efeito suspensivo e fundamento no art. 105, III, da Constituição da República, interposto em face dos acórdãos da 6ª Câmara Cível assim ementados:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO LOCATÍCIA ENTRE AS PARTES. QUESTIONAMENTO SOBRE A POSSE DO ESTACIONAMENTO AO LADO DO IMÓVEL. CONTRATO, QUE NÃO PREVIO A ÁREA DO ESTACIONAMENTO. COLOCAÇÃO DE CADEADO, EM PORTÃO QUE ATENDIA AO LABORATÓRIO, A AGRAVANTE E SEUS PACIENTES. ESBULHO, CARACTERIZADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA QUE SE MANTÉM. MANUTENÇÃO DO JULGADO. HONORÁRIOS RECURSAIS. FIXAÇÃO. DESPROVIMENTO DO APELO DO RÉU.” (fls. 380/387)

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO. ACÓRDÃO QUE ENFRENTOU TODAS AS QUESTÕES, POSTAS, TRATANDO EXPRESSAMENTE SOBRE A MATÉRIA QUE COMPÕE O CERNE DA CONTROVÉRSIA. ALEGAÇÃO DE QUE HOUVE CERCEAMENTO DE DEFESA, ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE SE ESCUTAR O ÁUDIO DE SEU PATRONO NA SESSÃO VIRTUAL MALGRADO AS ALEGAÇÕES DO RECORRENTE, NÃO SE VERIFICOU QUALQUER FALHA TÉCNICA, OCASIONADA PELO SISTEMA





Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Gabinete da
Terceira Vice-Presidência

ELETRÔNICO DE JULGAMENTO, UMA VEZ QUE, TANTO NOS PROCESSOS ANTERIORES E POSTERIORES, DIVERSOS ADVOGADOS SUSTENTARAM ORALMENTE. VERIFICA-SE, OUTROSSIM, QUE O PROBLEMA, HAVIDO, SE DEU NA CONEXÃO DO PATRONO DO

Av. Erasmo Braga, 115 –11º andar – Lâmina II
Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20020-903
Tel.: + 55 21 3133-4103 e-mail: 3vpgabinete@tjrj.jus.br

EDSON AGUIAR DE VASCONCELOS:7272 Assinado em 06/05/2021 10:15:29Local: 3VP -
GABINETE

*RECORRENTE. AO QUE TUDO INDICA, HOUVE INABILIDADE POR PARTE DO PATRONO EM USAR OS MEIOS TECNOLÓGICOS PARA PROPICIAR SUA PARTICIPAÇÃO NA SESSÃO DE JULGAMENTO, DE MODO QUE O SEU DESCONHECIMENTO SOBRE OS MEIOS TECNOLÓGICOS NÃO PODE SERVIR DE PRETEXTO PARA NOVO JULGAMENTO. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.”
(fls. 403/409)*

O recorrente alega violação aos artigos 369 do CPC e 5º, LV, da Constituição Federal.

Contrarrazões às fls. 452/470.

É O RELATÓRIO.

O recurso não deve ser admitido, pois a recorrente, na petição de encaminhamento, não indicou a alínea do permissivo constitucional que autoriza o recurso pela violação a dispositivo infraconstitucional ou pela divergência jurisprudencial invocada, circunstância que atrai, por analogia, a incidência da **Súmula nº 284 do STF**.

Av. Erasmo Braga, 115 –11º andar – Lâmina II
Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20020-903
Tel.: + 55 21 3133-4103 e-mail: 3vpgabinete@tjrj.jus.br





Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Gabinete da
Terceira Vice-Presidência

Repare-se que não se deve confundir apego excessivo à forma com a escorreita aplicação da lei, impondo-se perceber a equidistância do órgão judicante, no que, consideradas as partes, imprime tratamento igualitário na rigorosa apreciação dos pressupostos de regularidade formal dos recursos de natureza excepcional.

A esse respeito:

**“AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO
DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL QUE
AUTORIZA A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO
ESPECIAL. DEFICIÊNCIA RECURSAL.
SÚMULA 284/STF. AGRAVO DESPROVIDO.**

(STJ, 3ª Turma, AgInt no AREsp
938.023/RJ, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julg.
6/6/2017)”

**“AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM
RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL.
AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA ALÍNEA DO
DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL EM QUE SE FUNDA
O RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA, POR
ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. PRECEDENTE
ESPECÍFICO DA CORTE ESPECIAL.**

**1. A não indicação da alínea do
dispositivo constitucional autorizador da
interposição do recurso especial evidencia a
deficiência das razões do mesmo, atraindo, por
analogia, a incidência da Súmula 284/STF.
Precedentes.**

2. A majoração dos honorários
advocatícios em grau de recurso é providência que
independe de pedido da parte contrária, uma vez que
tem como pressuposto a sucumbência no recurso.

3. Agravo interno a que se nega
provimento.)

(AgInt no AREsp 1352852/RS - Relator(a)
Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI - QUARTA TURMA
- Data do Julgamento 23/04/2019 - Data da
Publicação/Fonte DJe 25/04/2019”





Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Gabinete da
Terceira Vice-Presidência

No que tange à alegação de ofensa aos artigos 5º, LV, Constituição da República, o recurso não pode ser admitido, uma vez que não é cabível em sede de recurso especial a análise de suposta ofensa a dispositivos constitucionais.

Neste sentido:

*“PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. VIOLAÇÃO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DESCABIMENTO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO PROBATÓRIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. **Em recurso especial não cabe invocar violação a norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa aos arts. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal** 2. Não ocorreu omissão no aresto combatido, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. 3. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem acerca da necessidade de produção probatória, tal como proposta pela recorrente, demandaria, necessariamente, o reexame da matéria fática constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. 4. Agravo interno a que se nega provimento.” (AgInt no AREsp 1013770/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/05/2017)*

Por fim, o exame das razões recursais revela que o recorrente pretende por via transversa, a revisão de matéria de fato, apreciada e julgada com base nas provas produzidas nos autos, o que encontra óbice na **Súmula 7 do STJ** (“A pretensão de



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Gabinete da
Terceira Vice-Presidência

simples reexame de prova não enseja recurso especial”; Corte Especial; julgado em 28/06/1990; DJ 03/07/1990).

Pelo que se depreende da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que eventual modificação da conclusão do Colegiado passaria pela seara fático-probatória, soberanamente decidida pelas instâncias ordinárias, e pela interpretação do contrato, de modo que não merece trânsito o recurso especial, ante o óbice do **Enunciado nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça**, já acima transcrito.

Neste sentido:

“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria de fato (Súmula 7/STJ).

2. Agravo interno a que se nega provimento”.

(AgInt no AgRg no AREsp 830.868/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 21/10/2016)

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. REEXAME DE PROVA. SÚMULA N. 7/STJ. 1. Aditem-se como agravo regimental embargos de declaração opostos a decisão monocrática. Princípios da economia processual e da fungibilidade. 2. Aplica-se a Súmula n. 7 do STJ na hipótese em que o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclamar a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda. 3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, do qual se conhece para negar-lhe provimento”. (EDcl no AREsp 509.921/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 04/05/2015)



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Gabinete da
Terceira Vice-Presidência

Pelo exposto, em estrita observância ao disposto no art. 1.030, V, do Código de Processo Civil, **INADMITO** o recurso especial interposto.

Publique-se.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2021.

Desembargador **EDSON VASCONCELOS**
Terceiro Vice-Presidente